

Governo Fernando Henrique Cardoso e o Programa “Toda Criança na Escola”: a fragilidade das estatísticas oficiais

Nicholas Davies

Palavras-chave: estatística educacional; política educacional; ensino fundamental regular; sistemas de ensino.

Resumo

Examina a evolução das matrículas nacionais no ensino fundamental regular de 1997 a 2002, no período do governo Fernando Henrique Cardoso, e constata que o seu crescimento deve-se, em grande parte, à inclusão nelas de matrículas que em 1997 eram de classes de alfabetização (cerca de 785 mil), de educação de jovens e adultos (cerca de 100 mil) e do setor privado (cerca de 400 mil). Assim, das 2,3 milhões de matrículas formalmente novas no ensino fundamental regular em 1999 (na comparação com 1997), cerca de 1,3 milhão não representaria acréscimo real. Este "remanejamento" explica-se provavelmente pelo fato de as matrículas no ensino fundamental regular representarem um potencial de receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que não beneficia outros níveis e modalidades de ensino. Se descontarmos essas matrículas "remanejadas", o número de matrículas novas no EFR cai para 947 mil, fragilizando assim a campanha federal "Toda criança na escola", ao não cumprir a meta de matricular as 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos que estariam fora da escola em 1997, segundo estimativa do MEC. O estudo registra também a forte transferência de 3,2 milhões de matrículas do ensino fundamental regular das redes estaduais para as municipais, no processo conhecido como municipalização, bem como a supressão de cerca de 800 mil matrículas estaduais neste nível (sobretudo em São Paulo e Minas). Por fim, ressalta-se a dificuldade de comparabilidade e confiabilidade das estatísticas educacionais.

Introdução

Os números não falam por si. No caso de estatísticas educacionais e quaisquer outras, sua elaboração depende de metodologias e nomenclaturas classificatórias que podem conduzir a resultados bastante diferentes, ou para mais, ou para menos. É o que podemos perceber quando analisamos a evolução das matrículas estaduais e municipais no ensino fundamental regular (EFR) de 1997 a 2002 no Brasil como um todo. Segundo o balanço sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), divulgado

pelo MEC em outubro de 2000 (www.mec.gov.br), elas teriam crescido 2,3 milhões nas redes públicas de 1997 a 1999, graças ao Fundef. Entretanto, a propaganda oficial não revela que este aumento deve-se em grande parte à inclusão, no EFR, de 785 mil matrículas de classes de alfabetização (CA), de 100 mil de educação de jovens e adultos (EJA), e cerca de 400 mil, perdidas pelo setor privado e provavelmente incorporadas às redes municipais, sem falar na falsificação de matrículas, problema reconhecido pelo próprio ministro da Educação e que gerou portaria cancelando matrículas de redes de alguns governos ansiosos por aumentar a

sua fatia do Fundef. Se descontarmos essas matrículas, o número de matrículas novas no EFR cai para 947 mil, fragilizando, assim, a campanha "Toda Criança na Escola", alardeada com bastante estardalhaço pelo governo federal em 1997/1998 e supostamente viabilizada pelo Fundef.

Este crescimento de 947 mil matrículas (não descontando as falsificadas, impossíveis de quantificar) representa apenas 3% a mais do que as existentes nas redes públicas em 1997 e nem mesmo acompanhou o aumento demográfico, na faixa de 5% a 6%. Além disso, não cumpriu a meta de matricular as 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos que estariam fora da escola em 1997, segundo estimativa do MEC, com base no IBGE (Inep, 1998a, p. 31). Isso significa que cerca de 1,75 milhão (2,7 milhões menos 950 mil) continuou fora da escola, número que deve ter se elevado para um número próximo a 2 milhões, tendo em vista o crescimento demográfico do período.

Os números também mostram que muitos governos estaduais diminuíram drasticamente a oferta na educação infantil, educação especial, primeiro segmento do ensino fundamental regular e supletivo (1ª a 4ª série), provavelmente alegando que esses níveis e modalidades de ensino seriam constitucionalmente responsabilidade dos municípios. Essa é uma interpretação equivocada por duas razões.

Primeiro, o ensino fundamental, regular e supletivo (este último com a denominação atual de educação de jovens e adultos), é responsabilidade constitucional (vide Emenda Constitucional 14, de setembro de 1996) tanto dos municípios quanto dos governos estaduais. A transferência das matrículas estaduais do ensino fundamental, sobretudo de 1ª a 4ª série, para os municípios não resulta de determinação legal, mas de *opção política* dos governos estaduais. Não foi mera coincidência o fato de os governadores que mais transferiram tais matrículas em 1998 (primeiro ano de implantação obrigatória do Fundef) terem sido do partido do governo federal na época (por exemplo, Pará, Minas e São Paulo). Este equívoco de interpretação pode ser visto na apresentação de Maria Helena Guimarães de Castro, na época, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ao Censo Escolar de 2001, quando afirma que esta transferência (conhecida como municipalização do ensino) estava prevista na LDB.

O outro motivo pelo qual a interpretação não procede é que a Emenda Constitucional 14 não estipula que um determinado nível ou modalidade de ensino seja responsabilidade de governos municipais ou estaduais. Ela apenas estabelece que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental (EF) e na educação infantil (EI) e os Estados e o Distrito Federal, prioritariamente no ensino fundamental e médio. Quando a EC 14 fixa a atuação prioritária dos municípios, sua intenção não é impedir que os Estados e mesmo a União atuem no EF e na EI, mas sim evitar que as prefeituras passem a oferecer o ensino médio e mesmo o superior sem antes terem atendido satisfatoriamente aos seus níveis de atuação prioritária. Em outras palavras, as prefeituras, os governos estaduais e o governo federal podem atuar em qualquer nível de ensino, mas as prefeituras devem primeiro atender ao ensino fundamental e à educação infantil e, depois, uma vez satisfeita essa necessidade, podem atuar em qualquer outro nível ulterior (médio e superior). O inciso V do art. 11 da Lei nº 9.394 (LDB), de 1996, confirma essa interpretação, quando estipula que os municípios somente poderão atuar em outros níveis de ensino quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência (educação infantil e ensino fundamental) e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Por fim, há uma questão semântica importantíssima: a EC 14 não afirma que o ensino fundamental e a educação infantil são responsabilidade prioritária dos municípios, o que justificaria a desobrigação dos governos estaduais com a educação infantil, mas não com o ensino fundamental (em que também os governos estaduais devem atuar juntamente com os municípios). Ao contrário, a EC afirma que os municípios atuarão, prioritariamente, na educação infantil e no ensino fundamental, cujo significado é bem diverso.

Para o estudo da evolução dessas matrículas, tomamos como referência os dados dos Censos Escolares de 1997 e 2002. Tomamos como referência inicial 1997, porque foi o ano imediatamente anterior à implantação obrigatória do Fundef, que se deu em 1998 e teve grande influência nas classificações das matrículas, sobretudo de CA e EFR.

Antes de apresentar e comentar as tabelas, cabe algumas notas de cautela. Uma é que as estatísticas não permitem identificar até que ponto o aumento ou a diminuição de matrículas estaduais ou municipais em cada unidade Federativa resulta de migração da ou para a rede de um outro Estado e, por isso, o nosso cálculo baseia-se no pressuposto de que a diminuição de matrículas estaduais numa unidade Federativa resultou de transferência para as redes municipais da mesma unidade Federativa. Por isso, não temos como saber se as 50 mil matrículas no EFR perdidas pelo conjunto das redes públicas (estadual e municipais) em Tocantins migraram para Estados vizinhos, como Pará, Bahia, Maranhão e Piauí. Esta redução extraordinária, assim como o aumento excepcional de matrículas municipais em outros Estados (por exemplo, Bahia e Rio de Janeiro), introduz o problema da confiabilidade dos dados, certamente agravado com a falsificação de matrículas no EFR para a obtenção de receita do Fundef.

Por fim, cabe ressaltar o problema da comparabilidade dos dados, enormemente dificultada pela falta de notas explicativas das estatísticas educacionais, bem como das categorias ou nomenclaturas classificatórias. Por exemplo, no Censo Escolar de 1997 os dados de cursos profissionalizantes eram agrupados na categoria de EJA. Já o Censo de 2002 utiliza a categoria de educação profissional, mas não explica se ela corresponde aos cursos profissionalizantes de 1997. Outra categoria do Censo de 2002 não constante do de 1997 é a de EJA semipresencial. Na falta de nota explicativa do Censo do MEC, ficamos sem saber se essa categoria abrange parte das matrículas que eram da EJA presencial em 1997. Outros problemas de

comparabilidade e também de confiabilidade serão apontados a seguir.

1. Evolução agregada (total nacional) das matrículas de classes de alfabetização, educação de jovens e adultos e ensino fundamental regular de 1997 a 2002

A Tabela 1 mostra a evolução negativa das matrículas de CA de todas as redes (federal, estaduais, municipais e privada) de 1997 a 2002, com perda de 818.879 no período, sobretudo nas redes públicas. A redução de 777.258 (= 199.956 + 577.302) das matrículas estaduais e municipais provavelmente se deve ao fato de ter sido registrada no EFR a partir da implantação do Fundef, em 1998, o que se explica pelo potencial de receita do Fundef, em que cada matrícula no EFR representa recursos a mais para o governo que conseguir registrá-la no Censo Escolar do MEC. É possível que a diminuição de 199.956 matrículas nas redes estaduais deva-se à sua transferência, como matrículas no EFR, para as redes municipais. Na Tabela 5, mais adiante, desagregamos as matrículas por unidade Federativa e rede estadual e municipal e mostramos baseados apenas nas unidades Federativas onde houve diminuição de matrículas (portanto, sem computar o acréscimo de matrículas nas UFs onde isso aconteceu), a queda foi de 785.750. O aumento ou a diminuição porcentual nas tabelas a seguir só foi indicado quando pertinente para o nosso estudo.

Tabela 1 – Evolução das matrículas em CA de 1997 a 2002 no Brasil

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total das públicas	Privadas
1997	1.426.694	1.474	209.772	929.036	1.140.282	286.412
2002	607.815	861	9.816	351.734	362.411	245.404
Aumento ou diminuição	-818.879	-613	-199.956	-577.302	-777.871	-41.008

A Tabela 2 registra a evolução das matrículas de EJA (alfabetização, ensino fundamental e ensino médio) presencial de 1997 a 2002, com uma grande expansão exclusivamente das municipais (+ 152%) e um declínio de 0,7% das estaduais. Aparentemente, uma parte significativa dessa expansão resultou de transferência de matrículas estaduais do ensino fundamental supletivo para as redes municipais, pois as 1.454.687 estaduais de 1997 caíram para 1.098.825, em

2002 (ver Tabela 2a). A redução da participação estadual só foi compensada no ensino médio supletivo, quando as matrículas estaduais subiram de 248.591, em 1997, para 660.662, em 2002 (ver Tabela 2b). A participação do setor privado permaneceu quase no mesmo nível anterior (em torno de 8%), com as perdas de 73.223 matrículas no ensino fundamental (Tabela 2a) sendo compensadas pelo crescimento de 89.373 no ensino médio (Tabela 2b).

Tabela 2 – Evolução das matrículas de EJA (alfabetização, ensino fundamental, ensino médio) presencial de 1997* a 2002 no Brasil

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total das públicas	Privadas
1997	2.745.366	1.492	1.772.374	673.490	2.447.356 (89,1%)	298.010 (8,9%)
2002	3.779.593	3.327	1.759.487	1.700.862	3.463.676 (91,6%)	315.917 (8,4%)
Aumento ou diminuição	+1.034.227 (+37,6%)	+1.835	-12.887 (-0,7%)	+1.027.372 (+152,5%)	+1.016.320 (+41,5%)	+17.907 (6%)

*Para uma comparação entre 1997 e 2002, descontamos as matrículas de cursos profissionalizantes de 1997.

Tabela 2a – Evolução das matrículas de EJA (ensino fundamental) presencial de 1997* a 2002 no Brasil

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total das públicas	Privadas
1997	2.210.325	844	1.454.687	582.921	2.038.452 (92,2%)	171.873 (7,7%)
2002	2.788.113	2.733	1.098.825	1.587.904	2.689.463 (96,4%)	98.650 (3,5%)
Aumento ou diminuição	+577.788 (+26,1%)	+1.835	-355.862 (-24,4%)	+1.004.983 (+172,4%)	+651.011 (+31,9%)	-73.223 (-42,6%)

*Para uma comparação entre 1997 e 2002, descontamos as matrículas de cursos profissionalizantes de 1997.

Tabela 2b – Evolução das matrículas de EJA (ensino médio) presencial de 1997* a 2002 no Brasil

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total das públicas	Privadas
1997	390.925	648	248.591	18.246	267.485 (68,5%)	123.440 (31,5%)
2002	884.001	548	634.776	35.864	671.188 (76%)	212.813 (24%)
Aumento ou diminuição	+493.076 (+126,1%)	-100	+386.185	+17.618	+403.703 (+150,9%)	89.373 (+72,4%)

*Para uma comparação entre 1997 e 2002, descontamos as matrículas de cursos profissionalizantes de 1997.

A Tabela 3 mostra a evolução das matrículas no EFR de todas as redes de 1997 a 2002. O fato marcante foi a grande expansão das redes municipais (+ 5,2 milhões) e a dramática redução das estaduais (-3,8 milhões), o que se deve basicamente à:

- a) municipalização de matrículas estaduais (de ensino fundamental e de CA), ou seja, sua transferência para as redes municipais, totalizando 3.222.901 e abrangendo quase todos os Estados (ver Tabela 10, mais adiante), principalmente (em termos absolutos) Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, e São Paulo;
- b) inclusão, na categoria de EFR, de matrículas de CA, que tiveram uma diminuição de 601.263 nas redes municipais, onde houve perda entre 1997 e 2002 (ver Tabela 5), e de 106.759 matrículas de EJA (ver Tabela 7) nos Estados da Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- c) provável incorporação, pelas redes públicas (sobretudo municipais), de 396.152 matrículas perdidas pelo setor privado em vários Estados (ver Tabela 8).

Ou seja, do acréscimo formal de 5.216.615 matrículas municipais, em tese (ou seja, supondo-se que não tenha havido falsificação de matrículas e outras distorções) *apenas 947.159 são novas* (ver Tabela 9, mais adiante), um aumento (3%

de 2002 em relação às 30.565.641 de 1997) que nem acompanhou o crescimento demográfico em cinco anos (de 5% a 6%). Por fim, conforme mencionado acima, tendo em vista a falsificação de matrículas para a obtenção de receita do Fundef, é possível que nem estas 947 mil matrículas novas correspondam a alunos de carne e osso. Isso fica patente em dois Estados. Na Bahia, as redes municipais tiveram um crescimento extraordinário, mesmo descontando as matrículas transferidas pelo governo estadual às prefeituras, as de CA e EJA incluídas no EFR e as perdas do setor privado provavelmente absorvidas pelas redes municipais. Do total de 947 mil no Brasil inteiro, 37% (356.492) concentraram-se nas redes municipais baianas (ver Tabela 9, mais adiante). No Rio de Janeiro, algumas redes municipais chegaram a crescer mais de 30% só num ano, em 1998, mesmo quando não houve municipalização. Como os governos de modo geral não têm demonstrado efetivo compromisso com os interesses da maioria da população, o crescimento extraordinário das redes municipais nesses e também em alguns outros Estados precisa ser visto com bastante cautela. Afinal, uma das denúncias mais comuns relativas ao Fundef é a existência de alunos-fantasma ou clonados (contados duas vezes), como registrou a Subcomissão da Câmara dos Deputados, encarregada de apurar as irregularidades do Fundef (Brasil, Câmara dos Deputados, 2001).

Tabela 3 - Evolução das matrículas no EFR de 1997 a 2002 no Brasil

	Total	Federal	Estadual	Municipal	Total das públicas	Privadas
1997	34.229.388	30.569	18.098.544	12.436.528	30.565.641 (89,3%)	3.663.747 (10,7%)
2002	35.150.362	26.422	14.236.020	17.653.143	31.915.585 (90,8%)	3.234.777 (9,2%)
Aumento ou diminuição	+920.974 (+2,6%)	-4.147	-3.862.524	+5.216.615	+1.349.944 (+4,4%)	-428.970 (-11,7%)

Ao longo deste texto, com frequência usamos "provavelmente" para caracterizar uma suposição que nos parece bastante

plausível, como a municipalização ou a incorporação, no EFR das redes municipais, de matrículas de CA, EJA e do setor privado.

2. Evolução desagregada (por unidade federativa) das matrículas estaduais e municipais de EFR, CA, EJA fundamental presencial e do EFR da rede privada entre 1997 e 2002 e estimativa de matrículas efetivamente novas em 2002 em comparação com 1997

A Tabela 4, a seguir, mostra a evolução negativa das matrículas estaduais no EFR entre 1997 (18.098.544) e 2002 (14.236.020), com perda de 3.862.524, ao contrário das municipais, que subiram de 12.436.528, em 1997, para 17.653.143, em 2002, um acréscimo de 5.216.615. A diferença entre a perda e o acréscimo indica um aumento de 1.354.091 matrículas (coluna g) no conjunto das duas redes em 2002, na comparação com 1997. Entretanto, se considerarmos apenas as redes onde houve aumento de matrículas – redes estaduais do Acre, Roraima, Amapá, Alagoas, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul (coluna c), e o conjunto das redes municipais (coluna f) –, o crescimento passa para 2.217.930, indicado entre parênteses, em negrito (coluna g). Os dados regionais entre parênteses na coluna (g) seguem o mesmo procedimento. Da mesma forma, no caso de matrículas estaduais, se considerarmos apenas as redes onde houve diminuição (todas, com exceção das citadas), a perda aumenta de 3.862.524 para 3.936.893, indicado entre parênteses na coluna c. Embora 21 Estados (entre eles o Distrito Federal) tenham reduzido suas matrículas, essa diminuição variou muito entre eles. Os extremos de redução oscilaram entre 50% (por exemplo, o Pará, que perdeu 406.982), 40% (Ceará, com 210.293 a menos), 30% (Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, com 746.206 e 1.349.142 a menos), e menos de 1% (Amazonas, com 3.237 a menos). Para saber em que medida essa redução correspondeu à transferência para as prefeituras, consulte a Tabela 10, mais adiante.

A Tabela 5, a seguir, mostra a evolução negativa das matrículas estaduais em CA entre 1997 (209.772) e 2002 (9.816), com perda de 199.956 (coluna c), e das municipais, que diminuíram de 929.036, em 1997, para 351.734, em 2002, um declínio de 577.302 (coluna f). A queda do conjunto das duas redes totalizou 777.258 (coluna g) em 2002, na comparação com 1997. Entretanto, se considerarmos apenas as redes onde houve diminuição de matrículas (todas as estaduais,

com exceção de Roraima e Rio Grande do Sul, e todas as municipais, com exceção de Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Mato Grosso), a queda é de 785.750, indicada entre parênteses na coluna g. Os dados regionais entre parênteses na coluna g seguem o mesmo procedimento. A redução não foi homogênea entre as redes, concentrando-se nas redes estaduais (-35.720) e municipais (-97.955) do Pará e Amazonas (-31.004), redes estaduais (-73.786) e sobretudo municipais (-355.981) do Nordeste, e redes estadual (-39.649) e municipais (-131.891) do Rio de Janeiro.

A Tabela 6, a seguir, elaborada a partir dos dados das Tabelas 4 e 5, registra a evolução das matrículas no EFR e em CA entre 1997 e 2002 nas redes estaduais, com perda de 4.062.480 (coluna c), e nas redes municipais, com aumento de 4.639.313 (coluna f). A diferença entre a perda e o aumento indica um crescimento de 543.147 matrículas (coluna g) no conjunto das duas redes em 2002, na comparação com 1997. Entretanto, se considerarmos apenas as unidades Federativas onde houve aumento de matrículas, ou seja, se excluirmos Tocantins (-50.171), Minas Gerais (-170.869), São Paulo (-489.891), Espírito Santo (-19.259), Paraná (-88.427), Santa Catarina (-6.462), Rio Grande do Sul (-4.321), Goiás (-12.294) e Distrito Federal (-35.292), o total sobe de 543.147 para 1.450.070, indicado entre parênteses, em negrito, na coluna g. Os dados regionais entre parênteses na coluna g seguem o mesmo procedimento. Comentemos essas exceções. No caso de Tocantins, é possível que as matrículas perdidas (-50.171) tenham sido em grande parte absorvidas pela EJA presencial das redes estadual e municipais, que cresceram 43.194 no período (ver Tabela 7). Raciocínio semelhante aplica-se a Goiás, cuja perda de 12.294 matrículas foi mais do que compensada pelo crescimento de 64.306 matrículas na EJA presencial no conjunto das duas redes. Também a perda de 4.321 matrículas no EFR no Rio Grande do Sul foi mais do que compensada pelo aumento de 37.243 na EJA presencial. Porém, Minas (-70.869), Espírito Santo (-19.259), Distrito Federal (-35.292), Paraná (-88.427) são um mistério, pois as suas matrículas na EJA também diminuíram (-130.944, em Minas Gerais, -8.683 no Espírito Santo, -33.693, no Distrito Federal, -31.697, no Paraná). Outro mistério é São Paulo, cuja redução de 489.891 não foi compensada pela expansão de 34.697 matrículas na EJA presencial, concentrada nas redes municipais. O mesmo se aplica a Santa Catarina, cujo irrisório crescimento de matrículas da EJA (448) não compensou a redução de 6.462 matrículas no EFR.

Tabela 4 – Evolução das matrículas registradas como do ensino fundamental regular (EFR) das redes estaduais (coluna c) e municipais (coluna f) de 1997 a 2002 e evolução do conjunto (coluna g) das duas redes entre 1997 e 2002*

(Continua)

	Matrículas estaduais			Matrículas municipais			Estaduais + municipais
	1997(a)	2002(b)	Evolução (c) = (b) - (a)	1997(d)	2002(e)	Evolução (f) = (e) - (d)	
Brasil	19.088.744	14.205.129	-5.883.614 (-30,85%)	12.444.594	17.653.449	+5.208.855 (+42,65%)	-4.878.024 (-39,20%)
Norte	1.789.065	1.310.937	-478.128	1.045.998	1.856.538	+810.540	+332.412 (+31,74%)
Paraná	152.080	157.838	+5.758	92.922	141.372	+48.450	+24.231 (+26,19%)
Acre	86.527	89.825	+3.298	42.123	52.088	+9.943	+13.241 (+31,43%)
Amazonas	349.402	357.183	+7.781	208.118	359.720	+151.602	+130.570 (+62,63%)
Roraima	59.806	64.313	+4.507	2.569	9.615	+7.046	+11.553 (+453,62%)
Pernambuco	813.082	409.710	-403.372	577.838	1.144.917	+567.079	+58.902 (+10,21%)
Amapá	91.477	93.886	+2.409	18.891	28.522	+11.631	+14.040 (+75,57%)
Tocantins	212.088	155.188	-56.900	101.084	120.347	+19.263	+4.528 (+4,45%)
Nordeste	4.233.478	3.474.736	-758.742	5.678.516	7.878.699	+2.200.183	+1.441.441 (+25,39%)
Maranhão	438.221	368.238	-69.983	927.221	1.138.521	+211.300	+58.289 (+5,77%)
Piauí	240.717	224.362	-16.355	361.486	505.959	+144.473	+128.118 (+35,43%)
Ceará	635.228	324.815	-310.413	554.331	1.328.780	+774.449	+54.135 (+7,44%)
Rio Grande do Norte	283.249	237.788	-45.461	260.882	329.519	+68.637	+23.176 (+33,59%)
Pernambuco	337.048	333.202	-3.846	334.271	480.837	+146.566	+91.371 (+27,31%)
Pernambuco	723.561	560.721	-162.840	787.901	1.010.594	+222.693	+59.853 (+26,88%)
Alagoas	142.065	171.872	+29.807	339.251	503.210	+163.959	+74.246 (+21,87%)
Sergipe	203.740	180.825	-22.915	188.146	227.988	+39.842	+16.925 (+8,95%)
Bahia	1.347.183	1.193.860	-153.323	1.377.557	2.319.270	+941.713	+614.000 (+44,79%)
Sudeste	8.170.569	5.997.725	-2.172.843	3.271.646	5.040.024	+1.768.378	-404.465 (-22,87%)
Minas Gerais	3.558.432	1.910.239	-1.648.193	912.407	1.407.244	+494.837	+170.669 (+35,16%)
Espirito Santo	372.466	268.309	-104.157	181.499	248.970	+67.471	-16.686 (-24,58%)

Tabela 4 – Evolução das matrículas registradas como do ensino fundamental regular (EFR) das redes estaduais (coluna c) e municipais (coluna f) de 1997 a 2002 e evolução do conjunto (coluna g) das duas redes entre 1997 e 2002*

(Conclusão)

	Matrículas estaduais			Matrículas municipais			Estaduais + municipais (g) = (c) + (f)
	1997(a)	2002(b)	Evolução (c) = (b) - (a)	1997(d)	2002(e)	Evolução (f) = (e) - (d)	
Rio de Janeiro	607.111	633.773	+26.662	1.121.890	1.368.209	+246.319	+272.981
São Paulo	4.634.760	3.265.414	-1.369.346	1.075.950	1.696.191	+620.241	-456.631
Sul	2.358.716	2.088.287	-270.429	1.759.925	1.936.175	+176.250	-94.179(0)
Paraná	870.440	760.800	-109.640	790.997	802.320	+11.323	-82.427
Santa Catarina	553.911	480.093	-73.818	334.883	407.270	+72.387	-1.431
Paraná do Sul	594.355	447.504	-146.851	546.045	770.535	+224.490	-4.321
Centro-Oeste	1.546.716	1.364.334	-182.382	680.443	941.707	+261.264	+78.882 (+126.468)
Paraná do Sul	224.596	282.902	+58.306	124.424	214.048	+89.624	+52.841
Mato Grosso	311.742	278.901	-32.841	181.852	287.320	+105.468	+72.627
Goias	873.072	350.447	-522.625	330.193	440.344	+110.151	-72.394
Distrito Federal	337.306	302.014	-35.292	-	-	-	-35.292

* Igualdade de matrículas em 1997 e 2002 em Mato Grosso do Sul e em Goiás. Fonte: Conselho Nacional de Educação, 1997 e 2002.

Tabela 5 – Evolução das matrículas em classes de alfabetização (CA) das redes estaduais (coluna c) e municipais (coluna f) de 1997 a 2002 e evolução do conjunto (coluna g) das duas redes entre 1997 e 2002*

(Continua)

	Matrículas estaduais			Matrículas municipais			Estaduais + municipais
	1997(a)	2002(b)	Evolução (c) = (b) - (a)	1997(d)	2002(e)	Evolução (f) = (e) - (d)	
Brasil	3.000.772	5.8115	-1550.852	9025.898	9351.794	-325.896	-677.252
Norte	62.370	2.694	-59.676	165.289	63.002	-102.287	-161.963
Paraná	529	801	272	873	832	-41	-41
Acre	67	0	-67	495	472	-23	-90
Amazonas	20.000	282	-19.718	45.228	37.302	-7.926	-81.004
Roraima	36	677	+641	0	1.944	+1.944	+2.585
Pernambuco	96.825	305	-96.520	112.000	14.100	-97.900	-139.575
Amapá	540	518	-22	178	73	-105	-127
Tocantins	1.054	101	-953	5.888	2.248	-3.640	-6.543
Nordeste	78.307	4.521	-73.786	601.796	245.805	-355.991	-429.767
Maranhão	3.533	1.212	-2.321	82.728	22.702	-60.026	-62.803
Piauí	196	112	-84	39.002	17.003	-21.999	-22.083
Ceará	19.231	127	-19.104	120.800	21.638	-99.162	-82.201
Rio Grande do Norte	6.459	0	-6.459	11.089	0	-11.089	-17.548
Pernambuco	14.623	2	-14.621	12.273	13.238	965	-965
Pernambuco	21.626	1.320	-20.306	71.240	69.926	-1.314	-21.620
Alagoas	1.510	473	-1.037	10.450	15.797	+5.347	-5.336
Sergipe	1.198	300	-898	4.983	2.664	-2.319	-3.217
Paraíba	18.700	881	-17.819	107.181	77.181	-30.000	-1.521.000
Sudeste	41.028	157	-40.871	133.271	29	-133.242	-174.113
Minas Gerais	0	2	2	0	0	0	0
Espirito Santo	1.222	0	-1.222	1.380	29	-1.351	-2.673

Tabela 5 – Evolução das matrículas em classes de alfabetização (CA) das redes estaduais (coluna c) e municipais (coluna f) de 1997 a 2002 e evolução do conjunto (coluna g) das duas redes entre 1997 e 2002*

(Conclusão)

	Matrículas estaduais			Matrículas municipais			Estaduais + municipais
	1997(a)	2002(b)	Evolução (c) = (b) - (a)	1997(d)	2002(e)	Evolução (f) = (e) - (d)	
Rio de Janeiro	39.806	157	-39.649	131.891	0	-131.891	-171.540
São Paulo	3.411	3	-3.408	2.846	1.239	-1607	-5015 (-5031)
Paraná	3.411	0	-3.411	2.846	1.226	-1.620	-5.031
Santa Catarina	3.411	0	-3.411	2.846	1.226	-1.620	-5.031
Rio Grande do Sul	3.411	0	-3.411	2.846	1.226	-1.620	-5.031
Centro-Oeste	24.666	2.441	-22.215	25.844	41.669	+15.815	-6.400 (-6.400)
Rio Grande do Sul	3.411	0	-3.411	2.846	1.226	-1.620	-5.031
Mato Grosso	1.784	425	-1.359	1.711	2.266	+555	-804
Goiás	34.872	2.872	-32.000	24.125	34.232	+10.107	9.232
Distrito Federal	0	0	0	-	-	-	0

*Dados elaborados a partir das tabelas disponíveis nos Centros Federais de 1997 e 2002.

Tabela 6 – Evolução das matrículas no ensino fundamental regular e em classes de alfabetização (CA) das redes estaduais (coluna c) e municipais (coluna f) entre 1997 e 2002 e evolução do conjunto (coluna g) das duas redes entre 1997 e 2002

(Continua)

	Matrículas estaduais			Matrículas municipais			Estaduais + municipais
	Fundamental (a)	CA (b)	Evolução (c) = (a) + (b)	Fundamental (d)	CA (e)	Evolução (f) = (d) + (e)	
Brasil	2.093.226	1.728.823	-1.022.830	1.520.882	527.502	-1.065.315	1.520.447 (+1.420.500)
Norte	-478.128	-59.676	-537.804	+810.540	-102.287	+708.253	+161.675 (+211.846)
Paraná	-24.224	-295	-24.522	+42.453	+6.189*	+48.657	+23.133
Acre	+3.298	-67	+3.231	+9.943	-23	+9.920	+13.151
Amazonas	-3.297	-2.277	-5.574	+156.870	-7.727	+149.143	+143.568
Roraima	+4.507	+641*	+5.148	+7.046	+1.944*	+8.990	+11.553
Pernambuco	-403.002	-65.730	-468.732	+507.554	-97.855	+409.699	+90.967
Amapá	+2.409	-22	+2.387	+11.631	-105	+11.526	+13.913
Tocantins	-53.869	-663	-54.532	+49.271	-4.910	+44.361	-90.171
Nordeste	-758.742	-73.796	-832.528	+2.200.183	-355.981	+1.844.202	+1.011.674 (+1.011.674)
Maranhão	-28.427	-1.282	-29.709	+230.180	-32.037	+198.143	+121.584
Piauí	-16.355	-84	-16.439	+144.473	-21.999	+122.474	+106.035
Ceará	-273.288	-18.224	-291.512	+234.473	-39.687	+194.786	+93.268
Rio Grande do Norte	-45.461	-6.459	-51.920	+68.637	-11.089	+57.548	+5.628
Pernambuco	-162.840	-20.306	-183.146	+222.683	-1.314	+221.379	+38.233
Alagoas	+23.517	-1.036	+22.481	+14.958	-9.670	+5.288	+40.500
Sergipe	-42.915	-898	-43.813	+59.840	-2.319	+57.521	+13.708
Bahia	-329.893	-11.733	-341.626	+437.750	-106.070	+331.680	+438.712
Sudeste	-2.172.843	-40.871	-2.213.714	+1.768.378	-133.242	+1.635.136	-578.578 (+101.441)
Minas Gerais	-719.233	0	-719.233	+575.637	0	+575.637	+170.989
Espirito Santo	-104.157	-1.222	-1.063.379	+87.471	-1.351	+86.120	-19.259

Tabela 6 – Evolução das matrículas no ensino fundamental regular e em classes de alfabetização (CA) das redes estaduais (coluna c) e municipais (coluna f) entre 1997 e 2002 e evolução do conjunto (coluna g) das duas redes entre 1997 e 2002

(Conclusão)

	Matrículas estaduais			Matrículas municipais			Estaduais + municipais
	Fundamental (a)	CA (b)	Evolução (c) = (a) + (b)	Fundamental (d)	CA (e)	Evolução (f) = (d) + (e)	
Rio de Janeiro	+26.562	-39.649	-12.987	+246.319	-131.891	+114.428	+101.441
São Paulo	-308.162	0	-308.162	-1008.291	0	-1008.291	-1316.453
Sul	-270.429	-3.408	-273.837*	+176.250	-1607	+174.643	-99.210 (+0)
Paraná	-108.732	1	-108.731	-281.273	0	-281.273	-390.005
Santa Catarina	-73.818	-3.411	-77.229	+72.387	-1.620	+70.767	-6.462
Estado do Sul	-368.551	+3*	-365.548	-102.310	+13*	-102.297	-1.721
Centro-Oeste	-182.382	-22.215	-204.597*	+261.264	+15.815	+277.279	+47.586
Mato Grosso do Sul	-6.208	0	-6.208	-149.035	0	-149.035	-155.243
Mato Grosso	-32.841	-1.359	-34.200	+105.468	+555*	+105.468	+71.268
GOIAS	-122.433	-20.853	-143.286	+110.181	+15.260*	+125.441	+2.154
Distrito Federal	-35.292	0	-35.292	-	-	-	-35.292

*Tabela elaborada a partir dos dados da Tabela A.5.7 desta edição. Como o único dado sobre a matrícula no ensino fundamental regular (FEF) para o ano de 2002 da Instituição de Pesquisa IPEA, não foram a sua comparação com os dados de 1997, com exceção do Sul, Mato Grosso e Goiás, disponibilizados por um e-mail, por e-mail.

A Tabela 7, a seguir, registra a evolução das matrículas da EJA no ensino fundamental presencial nas redes estaduais e municipais entre 1997 e 2002. O conjunto das estaduais perdeu 355.862, declinando de 1.454.687, em 1997, para 1.098.825, em 2002, ao passo que as municipais cresceram de 582.921 para 1.587.904 no período, uma elevação de 1.004.983 matrículas. A diferença entre a perda das estaduais e o crescimento das municipais foi de 649.121. A evolução das estaduais foi bastante desigual. Enquanto quase todas da Região Norte cresceram (com exceção do Amapá e Pará), todas da Região Sudeste e a maior parte das matrículas das Regiões Sul e Centro-Oeste diminuíram. No Nordeste, enquanto seis cresceram, três diminuíram, se bem que o resultado geral foi negativo: -104.366 matrículas. Embora um número razoável (12) de governos estaduais tenha aumentado as matrículas da EJA, ocorreu um forte processo de municipalização das matrículas de 1ª a 4ª série. Ao contrário das estaduais, a evolução das municipais foi bastante uniforme, pois todas cresceram, com exceção das de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. De qualquer maneira, parece razoável supor que esta expansão municipal deu-se em parte pela transferência de matrículas estaduais para as prefeituras, como em Roraima, Pará, Amapá, Piauí, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, pois a diminuição das matrículas estaduais nesses Estados foi acompanhada de crescimento das municipais em proporção igual ou superior. É provável que em alguns Estados as matrículas da EJA tenham passado a ser lançadas no EFR, tendo em vista a lógica do Fundef, que é distribuir recursos com base apenas nas matrículas no EFR. É, provavelmente, o caso da Bahia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, pois neles o aumento de matrículas no EFR superou a queda de matrículas da EJA (total de 106.759 nos três Estados). Entretanto, a diminuição de matrículas da EJA em Minas Gerais (-130.944), Espírito Santo (-8.683), Paraná (-31.697) e Distrito Federal (-33.693)

é um mistério, pois neles as matrículas no EFR caíram e, portanto, não podem ter absorvido a referida diminuição de matrículas da EJA.

A Tabela 8, a seguir, indica a evolução das matrículas no EFR na rede privada entre 1997 e 2002, que diminuiu de 3.663.747 para 3.234.777, uma queda de 428.970 (coluna c). Na coluna d, registra-se a evolução do conjunto das matrículas estaduais e municipais entre 1997 e 2002, sendo os dados extraídos da coluna g da Tabela 6 deste estudo. O objetivo desta tabela é mostrar em que Estados a diminuição de matrículas pela rede privada pode ter sido absorvida pelo aumento de matrículas das redes públicas (estaduais e municipais) e, assim, identificar o número exato de possíveis matrículas novas nas redes públicas. Os números entre parênteses na coluna d representam a soma das matrículas apenas onde houve aumento nas redes públicas.

A Tabela 9, a seguir, objetiva mostrar a estimativa de matrículas efetivamente novas no EFR (947.159), tomando-se como referência inicial o aumento de matrículas no EFR, com a exclusão das de CA (1.450.070), e descontando-se as matrículas da EJA, provavelmente lançadas no EFR (106.759), e as da rede privada, provavelmente perdidas para as redes públicas, sobretudo para as municipais (396.152).

A Tabela 10, a seguir, registra uma estimativa de matrículas estaduais provavelmente municipalizadas (3.222.901) e eliminadas (887.218) entre 1997 e 2002. A suposição de que foram municipalizadas baseia-se no fato de que a redução delas foi acompanhada, no mesmo período, de aumento das municipais inferior ou equivalente à redução. Quando a diminuição foi superior ao aumento das municipais, a diferença foi contabilizada como matrículas eliminadas. Não indicamos aqui as unidades Federativas onde não houve diminuição nominal das matrículas estaduais (Acre, Amapá, Roraima, Alagoas e Mato Grosso do Sul), embora o seu percentual de crescimento das matrículas possa não ter acompanhado o aumento demográfico, o que significaria um declínio real.

Tabela 7 – Evolução das matrículas em educação de jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental presencial das redes estaduais (coluna c) e municipais (coluna f) entre 1997 e 2002 e evolução do conjunto (coluna g) das duas redes entre 1997 e 2002*

(Continua)

	Matrículas estaduais			Matrículas municipais			Estaduais + municipais
	1997(a)	2002(b)	Evolução (c) = (b) - (a)	1997(d)	2002(e)	Evolução (f) = (e) - (d)	
Total	1.454.697	1.096.358	-358.339	537.281	1.237.204	+699.923	+1.338.414
Norte	217.424	240.374	+22.950	58.725	251.248	+192.523	+215.473
Roraima	23.446	31.772	+8.326	7.587	14.531	+6.944	+12.500
Acre	13.954	24.303	+10.349	2.406	12.975	+10.570	+20.919
Amazonas	27.622	38.883	+11.261	14.933	37.888	+22.955	+33.388
Roraima	12.153	9.978	-3.000	0	3.664	+3.664	+1.664
Pará	440.199	65.549	-374.650	30.694	60.083	+29.389	+109.539
Amapá	17.291	16.843	-448	3.611	4.693	+1.083	+434
Tramanda	2.232	26.549	+24.317	1.557	21.673	+20.116	+22.134
Nordeste	408.577	304.211	-104.366	164.066	791.256	+627.190	+522.824
Maranhão	62.830	39.345	-23.485	17.460	159.860	+142.400	+124.970
Piauí	67.084	28.477	-38.607	2.403	83.974	+81.571	+42.964
Ceará	46.632	27.367	-19.265	22.218	154.838	+132.620	+110.388
Rio Grande do Norte	33.741	51.005	+17.264	9.089	62.102	+53.013	+70.277
Pernambuco	22.651	41.348	+18.697	13.235	60.866	+47.631	+34.480
Pernambuco	55.331	63.351	+8.020	56.085	144.669	+88.584	+96.604
Alagoas	42.436	33.937	-8.499	12.264	55.830	+43.566	+63.004
Sergipe	13.195	22.895	+9.700	4.358	28.966	+24.608	+34.308
Bahia	121.432	305	-121.127	54.569	10.833	-43.736	-77.537
Sudeste	519.604	300.883	-218.721	282.357	411.025	+128.668	-90.053
Minas Gerais	122.619	1.468	-121.151	45.637	40.204	-5.433	-135.944
Espírito Santo	50.968	37.958	-13.010	7.314	11.941	+4.627	-8.683

Tabela 7 – Evolução das matrículas em educação de jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental presencial das redes estaduais (coluna c) e municipais (coluna f) entre 1997 e 2002 e evolução do conjunto (coluna g) das duas redes entre 1997 e 2002*

(Conclusão)

	Matrículas estaduais		Matrículas municipais		Estaduais + municipais	
	1997(a)	2002(b)	1997(d)	2002(e)		
					(g) = (f) + (c)	
Rio de Janeiro	163.478	130.621	-32.857	67.348	+48.389	+15.532
São Paulo	176.500	131.185	-45.315	98.188	-81.858	-84.642
Sul	197.845	175.775	-22.070	79.917	+28.509	+6.439
Paraná	110.722	71.177	-39.545	30.177	+13.161	-31.837
Santa Catarina	43.843	38.961	-4.882	22.497	+5.310	+448
Rio Grande do Sul	57.370	85.623	+28.253	53.542	+49.940	+57.245
Centro-Oeste	111.237	77.582	-33.655	54.458	+28.093	-5.562
Mato Grosso do Sul	17.241	3.638	-13.603	1.917	-8.010	-17.960
Mato Grosso	37.951	16.117	-21.834	11.081	+3.648	-18.186
Goiás	4.385	23.045	+18.660	41.491	+29.238	+24.206
Distrito Federal	50.450	16.757	-33.693	-	-	-33.693
*Tabela elaborada a partir das redes disponíveis nos Censos Educacionais de 1997 e 2002.						

Tabela 8 – Evolução (coluna c) das matrículas no ensino fundamental regular (EFR) na rede privada entre 1997 (coluna a) e 2002 (coluna b) e evolução (coluna d) das matrículas estaduais e municipais entre 1997 e 2002*

	1997(a)	2002(b)	Evolução (c) = (b) - (a)	Evolução do conjunto das matrículas estaduais e municipais entre 1997 e 2002(d)
Brasil	3.663.747	3.234.777	-428.970	+543.147 (+1.450.070)
Norte	170.337	148.575	-21.762	+161.675 (+211.846)
Rondônia	21.271	18.360	-2.911	+23.933
Acre	7.027	7.391	+364	+13.151
Amazonas	42.866	35.415	-7.451	+122.369
Roraima	981	2.047	+1.086	+11.553
Pará	77.252	65.052	-12.200	+26.927
Amapá	6.098	8.147	+2.049	+13.913
Tocantins	14.682	12.163	-2.519	-50.171
Nordeste	1.267.533	966.478	-301.055	+1.011.674 (+1.011.674)
Maranhão	140.623	82.155	-58.468	+121.394
Piauí	77.061	54.227	-22.834	+106.035
Ceará	246.598	199.446	-47.152	+70.985
Rio Grande do Norte	69.047	67.564	-1.483	+5.628
Paraíba	99.765	74.159	-25.606	+26.341
Pernambuco	242.073	219.652	-22.421	+38.233
Alagoas	97.179	44.027	-53.152	+140.588
Sergipe	42.275	34.041	-8.234	+13.708
Bahia	252.912	191.207	-61.705	+488.782
Sudeste	1.565.448	1.520.126	-45.322	-578.578 (+101.441)
Minas Gerais	200.863	220.027	+19.164	-170.869
Espirito Santo	79.899	64.817	-15.082	-19.259
Rio de Janeiro	511.161	462.110	-49.051	+101.441
São Paulo	773.525	773.172	-353	-489.891
Sul	390.634	346.071	-44.563	-99.210 (+0)
Paraná	139.811	130.098	-9.713	-88.427
Santa Catarina	81.883	75.345	-6.538	-6.462
Rio Grande do Sul	168.940	140.628	-28.312	-4.321
Centro-Oeste	289.795	253.527	-16.268	+47.586 (+126.109)
Mato Grosso do Sul	46.161	38.796	-7.865	+53.811
Mato Grosso	52.044	36.225	-15.819	+71.288
Goiás	102.403	107.798	+5.395	-12.294
Distrito Federal	68.887	70.708	+1.821	-35.292

*Os dados da colunas (a) e (b) foram extraídos dos Censos de 1997 e 2002; os dados da coluna (d) foram tirados da coluna (g) da Tabela 6.

Tabela 9 – Estimativa de matrículas efetivamente novas no EFR (coluna d) no conjunto das redes estadual e municipais de cada UF em 2002 (na comparação com 1997)

(Continua)

	Aumento de matrículas, com a exclusão da matrículas de CA lançadas no EFR (a)*	Matrículas da EJA, provavelmente lançadas como de EFR (b)**	Perda de matrículas do EFR da rede privada, provavelmente incorporadas as redes públicas (c)***	Número de matrículas efetivamente novas (d) = (a) - (b) - (c)
[Brasil]	+1.450.074	+153.785	+308.182	+1.082.107
Norte	+211.846		-22.562	+189.284
Roraima	+23.933		-2.211	+21.722
Acre	+13.151		sem perda	+13.151
Amapá	+122.208		7.481	+114.727
Roraima	+11.553		sem perda	+11.553
Pará	+88.927		-19.909	+69.018
Amapá	+13.913		sem perda	+13.913
Tocantins	-30.171		-2.519**	-32.690
Nordeste	+1.011.674	-70.585	-301.055	+640.034
Pernambuco	+121.584		-33.433	+88.151
Piauí	+108.035		-22.834	+85.201
Ceará	+70.865		-17.162	+53.703
Rio Grande do Norte	+5.628		-1.483	+4.145
Paraná	+23.251		25.805	-2.554
Pernambuco	+38.233		-22.421	+15.812
Alagoas	+140.556		58.152	+82.404
Sergipe	+13.708		-8.234	+5.474
Bahia	+128.782	-78.555**	-61.755	+48.472
Sudeste	+101.441		-49.051	+52.390
Minas Gerais	+170.659		sem perda	+170.659
Espírito Santo	-19.259		-15.082**	-34.341

Tabela 9 – Estimativa de matrículas efetivamente novas no EFR (coluna d) no conjunto das redes estadual e municipais de cada UF em 2002 (na comparação com 1997)

(Conclusão)

	Aumento de matrículas, com a exclusão de matrículas de CA lançadas no EFR (a)*	Matrículas da EJA, provavelmente lançadas como de EFR (b)**	Perda de matrículas do EFR da rede privada, provavelmente incorporadas às redes públicas (c)***	Número de matrículas efetivamente novas (d) = (a) - (b) - (c)
Rio de Janeiro	+101.441		-49.051	+52.390
São Paulo	-488.894		-353.000	-841.894
Sul	0		-0	-0
Paraná	-88.497		-9.713**	-98.210
Santa Catarina	-6.462		-6.538**	-12.000
Rio Grande do Sul	-4.321		-28.312***	-32.633
Centro-Oeste	+125.109	-36.174	-23.484	+65.451
Mato Grosso do Sul	-423.844	-47.000**	-7.665	-478.509
Mato Grosso	+71.268	-18.186**	-15.819	+37.263
Goiás	-12.295		sem perda	-12.295
Distrito Federal	-35.292		sem perda	-35.292

Observação: a metodologia nacional regional é feita apenas com base nos aumentos de matrícula no EFR (coluna a) e da rede privada (coluna c), provavelmente incorporadas ao EFR público, não considerando a perda de matrículas em escolas privadas.

* Os dados da coluna a, sobre a perda de matrículas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. A perda de matrículas é dada pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

** Os dados da coluna b, sobre a perda de matrículas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. A perda de matrículas é dada pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

*** Os dados da coluna c, sobre a perda de matrículas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. A perda de matrículas é dada pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

**** Os dados da coluna d, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna e, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna f, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna g, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna h, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna i, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna j, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna k, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna l, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna m, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna n, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna o, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

***** Os dados da coluna p, sobre o número de matrículas efetivamente novas, foram obtidos a partir do EFR de cada UF. O número de matrículas efetivamente novas é dado pela diferença entre o total de matrículas em 2002 e o total de matrículas em 1997.

Tabela 10 – Número de matrículas estaduais no EFR (coluna a) e em CA (coluna b) provavelmente municipalizadas (coluna c, fora dos parênteses) e eliminadas (coluna c, entre parênteses) entre 1997 e 2002

	Evolução de matrículas estaduais		
	Fundamental (a)	CA (b)	(c) = (a) + (b)
Brasil			-3.222.901 (-887.218)
Norte			-493.738 (-54.832)
Rondônia	-24.224	-298	-24.522
Amazonas	-3.237	-23.277	-26.514
Pará	-406.982	-35.720	-442.702
Tocantins	-53.899	-933	(-54.832)
Nordeste			-860.774
Maranhão	-82.497	-1.882	-16.439
Piauí	-16.355	-84	-224.497
Ceará	-210.293	-14.204	-51.920
Rio Grande do Norte	-45.461	-6.459	-37.628
Paraíba	-24.835	-12.793	-183.146
Pernambuco	-162.840	-20.306	-43.813
Sergipe	-42.915	-898	-238.955
Bahia	-222.833	-16.122	-1.533.696 (-680.010)
Sudeste			-575.337 (-170.869)
Minas Gerais	-746.208	0	-86.120
Espírito Santo	-104.157	-1.222	(-19.250)
Rio de Janeiro	+26.662	-39.649	-12.987
São Paulo	-1.349.142	0	-859.251 (-489.891)
Sul			-175.070 (-99.194)
Paraná	-109.750	0	-21.750 (-88.427)
Santa Catarina	-73.818	-3.411	-70.767 (-6.462)
Rio Grande do Sul	-86.861	+3	-82.553 (-4.305)
Centro-Oeste			-159.621 (-17.890)
Mato Grosso	-32.841	-1.359	-34.200
Goiás	-122.455	-20.856	-125.421 (-17.890)
Distrito Federal	-35.292	0	-(35.292)

Conclusões

Os números oficiais sobre a evolução das matrículas estaduais e municipais de CA, EFR, e EJA e privadas de EFR entre 1997 e 2002 permitem as seguintes conclusões:

a) EFR das redes municipais cresceu, sobretudo, pela incorporação de matrículas estaduais no EFR e CA (cerca

de 3,22 milhões) e EJA (em torno de 100 mil) e pela incorporação de cerca de 400 mil matrículas do EFR privado, e também pela falsificação de matrículas no EFR, certamente induzida pelo Fundef;

b) os governos estaduais, por sua vez, reduziram as suas matrículas no EFR e em CA em cerca de 4 milhões;

- c) o fracasso da campanha federal de "Toda Criança na Escola", em 1997/1998, que prometeu matricular as 2,7 milhões de crianças que estavam fora da escola;
- d) o estudo das estatísticas educacionais não pode se limitar a um nível ou modalidade de ensino, pois os números relativos a um nível ou modalidade (por exemplo, CA ou EJA) podem passar a ser contados em outro, pelas mais variadas razões (neste caso, o Fundef foi a razão);
- e) a fragilidade da propaganda oficial de que as matrículas no EFR não cresceram muito ou até caíram, devido ao declínio da população na faixa de 7 a 14 anos, que, em tese, seria a que freqüentaria o EFR. Ora, os dados oficiais não permitem essa conclusão. Em Minas, por exemplo, das 746.206 matrículas perdidas pela rede estadual, 575.337 foram provavelmente incorporadas pelas redes municipais pela municipalização, o que significou a eliminação de 170.689 (746.206 menos 575.337), uma diminuição de 6,6% em relação às 2.556.432 de 1997. Na rede privada, no entanto, as matrículas cresceram 19.164, 9,5% a mais do que as 200.863 de 1997, o que significou aumento da fatia da rede privada no

conjunto das matrículas. Também em São Paulo (onde houve municipalização em larga escala) a drástica eliminação de matrículas estaduais no EFR (-489.891) – 10,5% a menos do que as 4.634.560 de 1997 – não foi acompanhada de diminuição da rede privada na mesma proporção, cuja perda de 353 matrículas significou apenas 0,04% a menos do que as 773.525 de 1997. Na prática, isso resultou numa maior participação da rede privada no conjunto das matrículas no Estado de São Paulo, pois se em 1997 ela detinha, com 773.525 matrículas, 11,9% do total (6.483.935) no EFR, em 2002 passou a deter 12,8%, mesmo com o decréscimo porcentual de matrículas. Também em Goiás e no Distrito Federal a rede estadual diminuiu, mas não a privada. No Rio de Janeiro, ao contrário, a rede estadual cresceu (pouco), mas a privada diminuiu. Discrepâncias desse tipo podem ser observadas em outros Estados. Por isso, não procede a alegação oficial de que o pequeno crescimento, estabilização ou mesmo queda de matrículas no EFR público deve-se necessariamente à diminuição da população na faixa de 7 a 14 anos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Balço sobre o Fundef 1998-2000*. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br> > Acessado em novembro de 2000.

BRASL. Câmara dos Deputados. *Relatório da Comissão para Apurar as Irregularidades do Fundef*. Brasília, 2001.

DAVIES, Nicholas. *O Fundef e as verbas da educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. Municipalização do ensino: democratização ou privatização? *Contexto & Educação*, Ijuí, Rio Grande do Sul, n. 25, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Censo Escolar 2002*. Disponível em < <http://www.inep.gov.br> > Acessado em dezembro de 2002.

_____. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 1998a.

_____. *Sinopse Estatística da Educação Básica – Censo Escolar 97*. Brasília, 1998b.

Nicholas Davies, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professor de Política Educacional da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF).
nicholas@uninet.com.br

Abstract

The article examines the changes in Brazilian basic education enrolments between 1997 and 2002 and finds that their increase is largely due to the inclusion in them of enrolments which until 1997, during Fernando Henrique Cardoso's government, were included in other levels of schooling, such as literacy classes (about 785 thousand of which were included in basic education enrolments), schooling for youngsters and adults who did not attend schooling at the appropriate age (about 100 thousand enrolments) and fee-paying schools (about 400 thousand). Thus, of the formally new 2.3 million enrolments in basic education in 1999 (as compared to 1997), about 1.3 million do not represent a real increase. Such "rearrangement" is probably due to the fact that basic education enrolments bring an extra revenue from Fundef (a Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and Valorization of Teaching Personnel), which, however, does not benefit other levels and types of education. If we exclude such "rearranged" enrolments, the number of actual new enrolments in basic education falls to 947 thousand, thus weakening the federal campaign "All children in school", which promised to enroll 2.7 million children between the age of 7 to 14 not attending school in 1997, according to an estimate by the Brazilian Ministry of Education. The study also indicates the huge transfer of 3.2 million basic education enrolments from State to municipal governments, in a process known as "municipalization", as well as the elimination of over 800 thousand basic education enrolments in State government schools (particularly in the States of São Paulo and Minas Gerais). Finally, the difficulties of comparability and reliability of educational statistics are pointed out.

Keywords: educational statistics; educational policy; basic education; educational systems.

Recebido em 20 de junho de 2003.

Aprovado em 25 de agosto de 2003.